Capítulo 13

Representações dos Governadores sobre o Ensino Público em Mato Grosso nos Anos 1960

Governors' Representations of Public Education in Mato Grosso in the 1960s

Rômulo Pinheiro de Amorim

Doutor em Educação (UFGD). Pós-Doutor em Educação (UFMT). Professor de História do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Amazonas – Campus Manacapuru.

Tatiana de Albues Pinto Amorim

Técnica em Secretariado (IFMT). Graduada em Pedagogia (UFMT). Especialista em Função do Secretário Escolar na Contemporaneidade (Faculdade Integrada Instituto Souza). Técnica Administrativa Educacional da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso.

Resumo: O objetivo deste texto é analisar as representações estabelecidas sobre a educação pública difundidas nas mensagens dos governadores de Mato Grosso nos anos 1960. A escolha temporal para este estudo se justifica pelo fato de os planejamentos educacionais elaborados pelo governo federal influenciarem as ações dos governantes do estado em relação à educação pública mato-grossense nos anos 1960. O subsídio teórico escolhido para este estudo foi o conceito de representações elaborado por Roger Chartier (1990), que é compreendido como delimitações, classificações e divisões que indivíduos e grupos organizam sobre algum aspecto do ambiente social. Para a realização deste trabalho, foram consultados diversos trechos das mensagens dos governadores de Mato Grosso, localizados no Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação de História Regional – NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso. A representação estatal acena para a superação do atraso educacional do estado por meio das ações implementadas no ensino mato-grossense.

Palavras-chave: representações; ensino público; Mato Grosso.

Abstract: The aim of this text is to analyze the representations of public education conveyed in the messages of the governors of Mato Grosso during the 1960s. The choice of this period is justified by the fact that educational plans developed by the federal government influenced the actions of state authorities regarding public education in Mato Grosso during the 1960s. The theoretical framework adopted for this study was Roger Chartier's (1990) concept of representations, understood as delimitations, classifications, and divisions through which individuals and groups organize their understanding of aspects of the social environment. To conduct this study, several excerpts from the messages of the governors of Mato Grosso were examined. These documents are held in the Archives of the Center for Documentation and Information on Regional History (NDIHR) at the Federal University of Mato Grosso. The state's representation points toward overcoming the state's educational backwardness through actions implemented in Mato Grosso's public education system.

Keywords: representations; public education; Mato Grosso.

INTRODUÇÃO

Os discursos dos governadores mato-grossenses nos anos 1960 estavam relacionados com a situação da sociedade brasileira e do estado nessa época, pois

DOI: 10.47573/aya.6228.3.60.13

as suas mensagens para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso refletiam os anseios governamentais na resolução das problemáticas educacionais. O processo de industrialização e urbanização das cidades, como forma de elevar o Brasil ao progresso, foi um dos objetivos do governo federal a partir da realização de ações direcionadas para o incremento da economia. Essa perspectiva desenvolvimentista adquiriu destaque durante o governo do presidente Juscelino Kubitschek e dos presidentes posteriores.

Contudo, a situação de evasão, repetência e baixo rendimento nas escolas brasileiras foi considerada pelos governantes como uma das dificuldades a serem enfrentadas, pois havia na política desenvolvimentista o interesse em articular a educação com o crescimento econômico do país. Além disso, a grande quantidade de professores leigos (docentes sem formação para atuarem no magistério primário) lecionando nas escolas, a falta de estrutura física e material nas instituições escolares, bem como a pouca escolarização da população eram os empecilhos que dificultavam a criação das condições necessárias para articular a educação nacional como mecanismo impulsionador do crescimento econômico brasileiro.

A busca pelas realizações de modificações no sistema educacional tinha a finalidade de melhorar a eficiência do ensino ministrado nas escolas do país. Sendo assim, para que a educação escolar estivesse em condições de colaborar com o desenvolvimento econômico, o governo federal elaborou o Plano Trienal de Educação, em 1963. Este planejamento educacional tinha a intenção de implantar a organização de uma nova formação docente no país, com a criação de uma rede de instituições formativas, capazes de promover a formação inicial e continuada de professores que já estavam atuando no magistério, mas que não possuíam a titulação necessária para ministrarem aulas no ensino primário.

A situação do campo educacional de Mato Grosso também estava envolvida com a presença de grande quantidade de professores leigos exercendo o magistério primário nas escolas do estado. Vários professores nessas condições já atuavam no ensino primário na condição de servidores efetivos da secretaria de educação. Para melhorar a situação do ensino no estado, a gestão estadual procurou se vincular às diretrizes estabelecidas pelo planejamento educacional elaborado pela gestão federal nos anos 1960.

Foi diante deste cenário educacional que os governadores de Mato Grosso proferiram diversos discursos relacionados à situação do ensino no estado, assim como procuraram enaltecer as medidas governamentais para resolver as problemáticas da educação escolar. Deste modo, o objetivo do estudo é analisar as representações construídas sobre a educação pública veiculadas nas mensagens dos governadores de Mato Grosso nos anos 1960. A escolha temporal para este estudo se justifica pelo fato de os planejamentos educacionais elaborados pelo governo federal influenciarem as ações dos governantes do estado em relação à educação pública mato-grossense nos anos 1960.

O subsídio teórico escolhido para este estudo foi o conceito de representações elaborado por Roger Chartier (1990), que é compreendido como delimitações, classificações e divisões que indivíduos e grupos organizam sobre si mesmos ou

sobre algum aspecto do mundo social. Para a realização deste trabalho, foram consultados diversos trechos de itens relacionados à educação pública inseridos nas mensagens dos governadores de Mato Grosso nos anos 1960, localizados no Arquivo do Núcleo de Documentação e Informação de História Regional – NDIHR, da Universidade Federal de Mato Grosso, bem como a consulta à literatura sobre a História da Educação brasileira e mato-grossense do período definido para esse estudo. As análises indicaram que os diversos discursos difundidos nos conteúdos das mensagens dos governadores procuravam elencar as problemáticas do ensino público estadual. Esses discursos estavam associados a mensagens que enfatizavam a atuação do Estado na implantação de modificações no ensino estadual.

O Ensino Primário e o Planejamento Educacional nos Anos 1960

A forma como o governo federal percebia as dificuldades educacionais do país se aproximava do entendimento do governo de Mato Grosso, pois as ações dos governos foram articuladas para o enfrentamento dos problemas do ensino público. A expansão do processo de industrialização, o incremento do comércio, a mecanização da agricultura e a urbanização das cidades foram obtendo destaque nas mensagens dos presidentes da República nos anos 1950 e 1960. A busca pelo desenvolvimento econômico brasileiro propiciou o entendimento de que a educação poderia atuar na formação de um trabalhador mais capacitado para atuar no mercado de trabalho, diante das transformações econômicas em curso nessa época.

No entanto, os problemas educacionais do país poderiam dificultar os anseios dos presidentes e governadores dos estados em elevar o nível do ensino público a um patamar que propiciasse a colaboração com o crescimento econômico, conforme podemos observar na mensagem do presidente João Goulart para o Congresso Nacional, em 1963:

> Nossas escolas de todos os níveis não se adaptaram às necessidades da hora presente. A grande tarefa atual é a de expandir a rede de ensino, a fim de que possa abranger toda a infância e toda a juventude, assegurando a cada criança ou adolescente aquele mínimo de conhecimentos indispensáveis para que conquiste um lugar entre as forças da produção. A par disso, deve ser promovido o aprimoramento da técnica do ensino, para que alcance maior rendimento, graduando nos cursos primários e médios proporção maior de alunos que neles ingressam (Brasil, 1987, p. 358).

Verifica-se que a compreensão do ensino ministrado nas escolas do país era de que não estavam oferecendo as condições pedagógicas necessárias para a formação dos alunos, para que os mesmos se inserissem, como futuros trabalhadores, em uma sociedade que vivenciava diversas modificações, principalmente na área econômica. As novas relações de trabalho, assim como as novas funções e responsabilidades exigidas pelo mercado de trabalho nessa época, também passaram a estabelecer a presença de trabalhadores mais eficientes para

atuar nessas novas atividades do setor produtivo brasileiro.

O objetivo governamental era inserir um maior número de pessoas no mercado de trabalho em expansão no Brasil, pois o processo de industrialização e urbanização propiciava o incremento das forças de produção. Por isso, havia a necessidade de suprir as exigências econômicas que estavam sendo ampliadas, por causa das modificações da economia nacional. O problema era que não existiam escolas suficientes para atender à população brasileira, bem como a educação oferecida nas escolas que estavam funcionando não apresentava um ensino que levasse os alunos a apreenderem os conhecimentos mínimos para se tornarem trabalhadores eficientes no setor produtivo do país.

No entendimento da gestão federal, para que a melhoria do ensino público brasileiro se concretizasse, era preciso fazer a inserção de novas técnicas de ensino no processo educativo das escolas brasileiras. Sendo assim, a formação inicial e continuada dos professores obteve maior relevância para o Estado, pois o progresso da educação pública também dependia da melhoria da capacidade profissional dos professores em exercerem as suas funções. Contudo, o governo brasileiro teria que enfrentar a existência de um elevado número de professores sem formação no magistério atuando nas escolas do país.

Diante desta situação, o governo federal elaborou o Plano Trienal de Educação em 1963. Este plano previa a realização da assistência técnica educacional aos Estados e o auxílio financeiro para a execução das atividades em diversas áreas de ensino:

> Espera-se poder atender, em todo o país, a cerca de 30 por cento das necessidades globais de construção de prédios escolares. Também amplo será o programa de recuperação e aperfeiçoamento do magistério. Com a criação dos Centros de Treinamento do Magistério, a serem mantidos pela União, procura-se institucionalizar o esforço pelo aperfeiçoamento do magistério primário e médio e criar, definitivamente, a figura do professor supervisor. Cada um destes supervisores terá a seu cargo trabalho escolar até o máximo de dez classes primárias, cujos mestres serão por ele assistidos e treinados. Deste modo, espera-se aperfeiçoar, em 1963, 5.000 professores, inclusive leigos, em 1964, cerca de 20.000 professores e em 1965, cerca de 50.000 professores (Brasil, 2011, p. 163).

O incremento do processo de industrialização, a urbanização e a mecanização da agricultura propiciaram o entendimento governamental de que era preciso criar as condições adequadas para a melhoria da eficiência dos trabalhadores que ingressassem nas forças de produção. Para tanto, melhorar o nível de aprendizado dos alunos, assim como aumentar o número de pessoas escolarizadas, fazia parte dos anseios governamentais para proporcionar a colaboração da educação para com o crescimento econômico brasileiro.

Sendo assim, o Plano Trienal de Educação estava voltado para a ampliação da oferta de ensino para a população a partir da construção de diversos prédios

escolares em diferentes regiões do país. Além disso, a meta estabelecida no plano era recuperar os professores leigos, pois acreditava-se que esses docentes, por não possuírem formação no magistério, não atuavam de maneira eficiente no processo de ensino nas escolas. Contudo, o governo também compreendia que os professores normalistas precisavam adquirir novos conhecimentos pedagógicos com a finalidade de melhorar as suas práticas escolares e, consequentemente, elevar o nível de aprendizado dos alunos.

Para efetivar estas metas, o plano previa a constituição de diversos Centros de Treinamento do Magistério em várias regiões do país. Estes centros estariam responsáveis pela organização de cursos de recuperação de docentes leigos e cursos de aperfeiçoamento para professores normalistas. A estratégia governamental era fazer com que os professores adquirissem as técnicas de ensino necessárias para melhorar o aprendizado nas escolas. Para a concretização deste objetivo, foram oferecidos os cursos de aperfeiçoamento nos centros de treinamento e a realização do trabalho de supervisão do ensino, que consistia na orientação que os professores supervisores realizavam junto aos professores leigos em suas atividades pedagógicas nas escolas em que lecionavam.

Os centros de treinamento estariam responsáveis também pela formação de especialistas em educação nas diversas áreas da educação, dentre elas, a formação do professor supervisor. Treinar os professores para aprenderem as técnicas de ensino era o objetivo do plano, pois isso significava propiciar aos alunos o aprendizado dos conhecimentos básicos que elevariam a sua capacidade de desempenhar as suas funções nas forças de produção em expansão no Brasil.

A situação do ensino público em Mato Grosso nos anos 1960 também vivenciava dificuldades em relação à grande quantidade de professores leigos atuando no magistério, à falta de escolas e de estrutura física e material das instituições escolares existentes, bem como se considerava que o nível profissional dos professores que lecionavam no estado não estava adequado para atender à finalidade de melhorar o ensino ministrado nas escolas mato-grossenses. Essa situação foi mencionada no relatório do Secretário de Educação, Cultura e Saúde de Mato Grosso, em 1963, que anunciava alguns problemas relativos à educação do estado:

> [...] um dos problemas que nos desafiam, relativamente ao Ensino, era o grande número de professores leigos, efetivados por concurso. O trato diário com os problemas educacionais evidenciou, desde cedo, a necessidade da recuperação daqueles professores que, embora efetivados, não possuem, contudo, um grau suficiente de conhecimentos e de capacidade profissional. Essa ideia de recuperação mais se mais se ia afirmando, ao passo que outras medidas se mostravam ineficazes e até mesmo desaconselháveis. Estudando o problema com serenidade, entre os caminhos que se ofereciam, resolvemos optar pela fé no nosso elemento humano (Alcântara, 1964, p. 53-54).

Os professores leigos eram vistos pelo governo estadual como um problema que afetava o ensino no estado, pois os mesmos eram considerados como docentes que não possuíam os conhecimentos necessários para desempenharem com eficiência as atividades escolares.

Dessa forma, acreditavam que o ensino ministrado nas escolas do estado não levaria os alunos ao aprendizado, já que esses professores não tinham a capacidade profissional para desempenhar a atividade docente. Verifica-se que o problema era considerado maior porque esses professores pertenciam ao quadro de funcionários efetivados por concurso público.

O relatório destaca a necessidade de promover a recuperação dos professores leigos, ou seja, criar as condições para que os docentes elevassem o nível de conhecimentos fundamentais para exercerem o magistério com eficácia. Como Mato Grosso possuía mais de 60% de seus professores na condição de docentes leigos, o governo do estado percebia que era fundamental a realização de investimentos no aperfeiçoamento dos professores (Marcílio, 1963).

Dessa forma, a gestão estadual procurou atrelar as suas ações na área da educação do estado ao planejamento educacional elaborado pelo governo federal nos anos 1960. O governo de Mato Grosso, em parceria com o Ministério da Educação e Cultura (MEC), a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura – UNESCO e o Fundo Internacional em Socorro da Infância promoveram a criação do Centro de Treinamento do Magistério de Cuiabá, em 1963. Este centro tinha o objetivo de oferecer o aperfeiçoamento para os professores leigos e normalistas por meio dos diversos cursos que o centro disponibilizava.

Além disso, o centro visava à formação de um grupo de professores supervisores e de especialistas em várias áreas do ensino (Marcílio, 1963). Sendo assim, o cenário educacional estava envolvido com diversas dificuldades na área do ensino, principalmente as relacionadas com a problemática do professor leigo exercendo o magistério no estado. Diante deste ambiente, os governadores de Mato Grosso expressaram os seus discursos referentes à educação escolar mato-grossense, por meio de mensagens enviadas à Assembleia Legislativa.

Algumas Representações Advindas das Mensagens dos Governadores de Mato Grosso nos Anos 1960

Os governadores de Mato Grosso tratavam das dificuldades e ações governamentais relacionadas às diversas secretarias do estado, assim como realizavam reflexões e análises das atividades efetivadas pela gestão estadual ao longo do ano anterior ao envio das mensagens à Assembleia Legislativa do estado.

Na mensagem do governador Fernando Correa da Costa encaminhada à Assembleia Legislativa, mencionaram-se as dificuldades relativas à falta de recursos e ao problema das dimensões territoriais de Mato Grosso como barreiras para a inserção do Estado na busca pelas resoluções dos problemas do ensino público, conforme podemos verificar neste trecho da mensagem:

> Não obstante o reconhecido entrave da falta de recursos, aliado às condições peculiares de Mato Grosso – um continente de dimensões territoriais, apresentando uma população notavelmente espalhada por todo o seu vasto domínio –, a Secretaria de Educação e Saúde conseguiu chegar a todos os lugares (Mato Grosso, 1962, p. 65).

Observa-se que o governador, em seu discurso, procurou destacar as dificuldades do governo, atreladas, em seguida, à ênfase na presença estatal no território do estado, apesar da população estar espalhada no seu vasto domínio.

A indicativa era a de difundir a percepção de que o governo, apesar das dificuldades da falta de recursos e das grandes extensões territoriais, a gestão estadual superou os problemas e conseguiu atender o povo mato-grossense, sem mencionar como os problemas elencados afetaram de maneira significativa a educação pública.

A ideia da superação dos problemas foi acenada pela palavra “todos os lugares”, ou seja, o discurso governamental é o de reconhecer as dificuldades para, em seguida, torná-las amenizadas, com a impressão a ser marcada pela chegada do Estado nos lugares mais distantes.

Em outro discurso oriundo das mensagens do governador Fernando Correa da Costa, no ano de 1963, discorre o seguinte: “Trata-se de nos adaptar à realidade nacional, isto é, construir um Centro de Treinamento para formar professores, partido, às vezes de professores leigos” (Mato Grosso, 1963, p. 162).

O discurso do governador ressaltou que o estado de Mato Grosso estava se inserindo em um planejamento maior, advindo do governo federal para melhoria da educação escolar, ao promover a construção de um Centro de Treinamento para resolver um dos principais problemas do ensino, que era a presença de professores leigos lecionando nas escolas primárias. Essa perspectiva reforça a ideia de que a gestão estadual estava no caminho promissor para elevar o nível do ensino estadual.

Na mensagem do governador Pedro Pedrossian para a Assembleia Legislativa de Mato Grosso, em 1969, o mesmo mencionou a “prioridade que vem sendo dada à nomeação de normalistas em substituição aos professores leigos” (Mato Grosso, 1969, p. 07). A ênfase difundida pelo discurso do governado era de que o ensino primário acenava para o progresso com a substituição dos docentes leigos pelos normalistas.

O destaque representativo da gestão estadual foi pela ação governamental de não mais nomear professores leigos como ocorria nos anos anteriores. Sendo assim, buscava-se inserir a percepção de que a educação elevaria o seu nível de qualidade com base nessa ação, ao valorizar os professores mais capacitados para ensinar nas escolas primárias mato-grossenses nos anos 1960.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os discursos proferidos pelos governadores de Mato Grosso nos anos 1960 acenam para as representações em torno das problemáticas que o governo estadual teria que enfrentar. Contudo, as representações se apresentam de maneira a articular as problemáticas educacionais com elementos que enaltecem as realizações dos governantes para suprir as necessidades do ensino estadual.

Observa-se que as interferências dos governadores na educação escolar estavam voltadas para superar os problemas de falta de recursos, as dimensões territoriais do estado e a atuação dos professores leigos nas escolas primárias. Os discursos dos gestores estaduais ressaltavam a representação de que Mato Grosso estava saindo do atraso educacional para alcançar patamares elevados de qualidade na educação, por causa dos investimentos que os governadores estavam realizando na modificação do ensino público do estado, com a criação do Centro de Treinamento de Professores e com a presença estatal nos lugares mais distantes do estado para promover a oferta do ensino para a população mato-grossense.

Ressaltamos que existe a necessidade de maiores avanços sobre as representações sucedidas dos discursos dos governadores sobre a educação pública de Mato Grosso, pois o que apresentamos neste texto foi um esboço de uma pequena parte dos diferentes discursos proferidos nos anos 1960. No entanto, procuramos propiciar algumas reflexões sobre as relações entre os discursos dos governadores e o campo educacional da época.

REFERÊNCIAS

ALCÂNTARA, Hermes Rodrigues de. **Três anos de progresso educacional e sanitário**. Cuiabá, Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1964.

BRASIL. Ministério da Educação e Cultura. **A educação nas mensagens presidenciais. (1890-1986)**. V. II, 1987. Disponível em: www. dominiopublico.gov. br/pesquisa/DetalheObraForm.do?...> Acesso em 02/12/2017.

BRASIL. O Plano Trienal de Desenvolvimento Econômico e Social 1963-1965 In: **O Plano Trienal e o Ministério do Planejamento.** [direção Rosa Freire d'Aguiar] – Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2011. p. 35 – 440.

CHARTIER, Roger. **A história cultural: entre práticas e representações**. Lisboa: Difel, 1990.

MARCÍLIO, Humberto. **História do ensino em Mato Grosso.** Cuiabá: Secretaria de Educação, Cultura e Saúde, 1963.

MATO GROSSO. **Mensagem do governador Fernando Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa**, 1962. NDIHR/UFMT.

MATO GROSSO. **Mensagem do governador Fernando Corrêa da Costa à Assembleia Legislativa**, 1963. NDIHR/UFMT.

MATO GROSSO. **Mensagem do governador Pedro Pedrossian à Assembleia Legislativa**, 1969. NDIHR/UFMT.